

INCLUSÃO ACADÊMICA

DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIFESSPA E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo¹

luceliaccr14@gmail.com
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Lúcia Cristina Gomes dos Santos²

lcristina94@hotmail.com
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Thais de Oliveira Abreu³

thaisoliveira@unifesspa.edu.br
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo

Neste estudo, analisa-se como o processo de produção de materiais didáticos acessíveis, constitui-se um serviço importante para a inclusão acadêmica dos discentes com deficiência visual na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. A pesquisa, fundamenta-se na abordagem qualitativa, com análise documental de relatórios do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica/NAIA, de bolsistas e de alunos com deficiência, além da exploração dos materiais didáticos acessibilizados, em cinco anos de desenvolvimento desse processo e os impactos na trajetória universitária de discentes com deficiência visual. Os dados para análises foram extraídos dos registros de trabalho de acessibilização realizado pelo Núcleo. Ao tratar os dados, selecionou-se materiais de 7 cursos e 8 alunos com deficiência matriculados em diferentes cursos. Os materiais são: livros, artigos e apostilas das disciplinas em formato acessível, produção em relevo de gráficos, áudioscrição de imagens e produção de modelos didáticos tridimensionais acessíveis que, tem favorecido a inclusão acadêmica dos alunos com deficiência visual em diferentes cursos da Unifesspa, pois garante acesso a informações e conhecimentos próprios da formação universitária. Apesar das experiências exitosas, com a produção de materiais didáticos acessíveis, ainda há muitas descobertas sendo construídas com o protagonismo dos alunos com deficiência, que precisam ser aperfeiçoadas.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação inclusiva. Ensino superior.

Abstract

In this study, we analyzed how the process of production of accessible didactic materials constitutes an important service for the academic inclusion of students with visual impairment at the Federal University of the South and Southeast of Pará / UNIFESSPA. The research is based on a qualitative approach, with documentary analysis of reports from the Center for Accessibility and Academic Inclusion / NAIA, of scholars and students with disabilities, and the exploration of accessible didactic materials in five years of development of this process and the impacts on the university trajectory of visually impaired students. The data for analyzes were extracted from the access work records developed by the Center. When processing the data, we selected materials from 7 courses and 8 students with disabilities enrolled in different courses. The materials are: books, articles and

¹ Doutora em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/UNIFESSPA). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Acadêmica da UNIFESSPA.

² Bibliotecária e pedagoga da Unifesspa, responsável pelo Departamento de Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade Acadêmica da Unifesspa – Naia.

³ Tradutora e intérprete da Unifesspa, responsável pelo Departamento de AEE do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade Acadêmica da Unifesspa – Naia.

handouts of the disciplines in an accessible format, embossing of graphic contents, audio description of images and production of accessible three-dimensional didactic models, which has favored the academic inclusion of students with visual impairment in different courses of Unifesspa, since it guarantees access to information and knowledge specific to university education. Despite successful experiences, with the production of accessible didactic materials, there are still many discoveries being built with the leading role of students with disabilities, which need to be improved.

Keywords: Accessibility. Inclusive education. Higher education.

Introdução

As mudanças na forma de tratar a pessoa com deficiência se dão em virtude de diversos fatores, entre os quais, podemos citar o progresso da ciência, tecnologia e a força dos movimentos sociais, principalmente, com a participação das pessoas com deficiência que iniciam uma trajetória de protagonismo pelos seus direitos. Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, o movimento de pessoas com deficiência ganha força, tanto social como politicamente. A busca pela efetivação de direitos de forma ampla, em todos os setores da vida social: acesso à educação, as tecnologias assistivas, a mobilidade, ao mercado de trabalho, a usufruir dos bens culturais, o que é assegurado a todo cidadão. (Lanna Júnior, 2010, p. 34).

As conquistas legais, que atualmente amparam as pessoas com deficiência, originam-se do esforço de luta de coletivos no Brasil e no mundo. Documentos internacionais como a Declaração dos direitos humanos determinam em seu artigo 1º que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (ONU, 1948), é um marco importante para conquistas posteriores.

O Brasil assinou diversos tratados internacionais que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, e ao concordar com o teor desses documentos, concorda com o teor dos documentos e inspira a adotar a educação inclusiva, como política de Estado, inicialmente com a Constituição brasileira de 88. Mundialmente aconteceram vários movimentos, reconhecendo os direitos das pessoas com deficiência, os quais contribuíram sobremaneira para que as legislações brasileiras fossem estabelecidas, objetivando assegurar a educação inclusiva, esta, tem seus pressupostos na Declaração dos Direitos Humanos, que já garantia esse direito de forma abrangente a todas as pessoas, inclusive, as com condição de deficiência.

A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2010) vem reiterar que todas as pessoas têm direito a educação no ensino regular, buscando pôr um ponto final na dualidade entre a educação especial e o ensino comum. No capítulo VI do documento Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva define educação especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (2010, p. 22)

A educação especial precisa se instituir de modo transversal, da educação infantil a educação superior. O acesso e a permanência das pessoas com a condição de deficiência, crianças, jovens e adultos em todos os níveis de ensino, tem sido tematizados em estudos com elevada incidência. Da mesma maneira como a educação básica passou por adequações para atender o aluno com a condição de deficiência no ensino regular, as universidades precisam se transformar para serem inclusivas.

O Brasil é um país que possui uma gama diversificada de legislações que visam a garantia de direitos do público com deficiência, tal como a Constituição Federal de 1988, cujo princípio sobre o ensino é apresentado no art. 206, inciso I que afirma: “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”; no art. 208, inciso III: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN 9.394/96 (Brasil, 1996), marco regulatório que garante a inclusão educacional de alunos com deficiência na rede de ensino regular.

O Decreto 6.949/2009 (Brasil, 2009), que aprova a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no artigo 1º, fica expresso que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009).

Na área educacional a compreensão que se instala é a de que o direito à educação precisa ser garantido, e no caso das pessoas com deficiência, há uma rede de serviços que precisam ser ofertados para a seguridade do sucesso na proposta de inclusão.

As pessoas com deficiência percorreram um longo e diversificado caminho, até os dias atuais, quando a sociedade do século XXI, proclama ser, uma sociedade inclusiva, entretanto, é necessário que se tenha a clareza, de que não basta apenas ter marcos regulatórios que asseveram esse direito, para ser de fato, uma sociedade inclusiva, é preciso também praticar o que determina a legislação, em outras palavras, não basta a pessoa com deficiência estar na escola e/ou universidade, é necessário dar condições de participação plena nas atividades propostas a todos os alunos. Nesse trajeto as pessoas com deficiência vivenciaram diversos momentos, alguns pontuados pela exclusão, outros pela segregação e ainda assistencialismo e preconceito. Todavia, o percurso foi aos poucos, sendo amenizado.

Na educação superior, o acesso ao longo de décadas tem sido para um grupo pequeno, quando comparado ao total da população brasileira, pois ainda temos poucas vagas. O ingresso de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado significativamente, a partir da implementação das políticas de ações afirmativas instituídas pelo governo (Pieczkowski, 2015, p. 246) some-se a isso, as políticas institucionais de cada universidade pensadas para a garantia de direitos as minorias.

No contexto da Unifesspa, tem-se assumido um compromisso com as políticas e ações afirmativas e seguindo orientações legais, tal como a lei de reservas de vaga lei 12.711/2012, que determina por meio da Resolução interna nº 064, de 29 de outubro de 2015, a reserva de 2 vagas por acréscimo para pessoas com deficiência nos cursos de graduação que oferta. Essas políticas têm propiciado um aumento substancial, de alunos com deficiência especialmente no Campus sede. Dentre os quais estão os alunos com deficiência visual, cegos e pessoas com baixa visão que se configura como público que mais tem requerido material didático acessível.

Assim o NAIA, surge em 2014 como uma necessidade premente da Unifesspa contar com um setor pedagógico que forneça apoio especializado e contribua com a política de inclusão e acessibilidade, com a perspectiva de atender a demanda gerada pelos alunos público alvo da educação especial, que ingressam nessa instituição de ensino superior.

Conforme descrito no Documento orientador do Programa Incluir (Brasil, 2013) sobre os Núcleos de Acessibilidade nas Instituições de Educação Superior, estes são definidos como “espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área”(Brasil, 2013).

Assim cabe a equipe que trabalha nos Núcleos, desenvolver práticas de apoio especializado que propicie condições de acessibilidade necessárias a garantir o acesso ao conhecimento acadêmico científico, e no caso dos alunos com deficiência visual da Unifesspa, esse processo tem se dado com a produção de materiais didáticos acessíveis. Este estudo visa analisar como as iniciativas do NAIA, tem favorecido a inclusão educacional dos alunos com deficiência visual da Unifesspa.

Métodos

Para a concretização desta pesquisa teve como lócus o Núcleo de Acessibilidade da Unifesspa, optou-se por uma abordagem de pesquisa de natureza qualitativa/quantitativa fundamentada em um estudo descritivo-analítico, tendo como fonte principal de informações os materiais didáticos acessibilizados e relatórios de alunos com

deficiência atendidos pelo Programa de apoiador aos discente com deficiência mantido pelo referido Núcleo. Outros documentos que subsidiaram o estudo aqui apresentado foram os documentos da instituição, leis e artigos científicos essenciais para compreensão da inclusão dos discentes com deficiência visual no ensino superior. O período analisado foi o ano 2018, considerando todos os cursos, nos quais há discentes com deficiência visual e/ou baixa visão.

A abordagem qualitativa, leva-nos a compreender como se dá o processo de inclusão da pessoa com deficiência em todos os âmbitos da sociedade, porém, para este trabalho, interessa-nos, apenas a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. De acordo com Minayo (2012, p. 22)

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Quanto ao estudo descritivo Gil (2008, p 78), revela que esta é uma pesquisa que busca, “[...] descrever as características de determinadas populações ou fenômenos [...]” Para o estudo em questão esse tipo de pesquisa é oportuno, considerando o fenômeno que iremos tratar, que é a descrição do processo de acessibilização dos materiais pedagógicos para os deficientes visuais.

Os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes: a) pesquisa bibliográfica, especialmente da legislação da inclusão da pessoa com deficiência; b) análise do material acessibilizado, que consistiu em identificar e quantificar, apresentando os dados em quadros, distribuídos por ano (2018) e c) tratamento e análise dos dados. Considerando o exposto, esclarecemos que o instrumento para coleta de dados foi o controle de materiais criado e usado pelo Departamento de Acessibilidade do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica.

Resultados

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, apesar de sua recente criação, tem se preocupado com o atendimento do aluno com deficiência que entra para algum de seus cursos. Com o objetivo de promover meios para a permanência dos alunos com deficiência, a Unifesspa, por meio do Núcleo de Acessibilidade tem envidado esforços no sentido de oferecer condições a esse discente de concluir o curso escolhido, é preciso, pois, para além de garantir o acesso que se desenvolvam ações que auxiliem esses discentes na universidade, sempre buscando alternativas para superar as dificuldades na trajetória dos mesmos. Segundo Saravali (2005, p.100, apud Fiorin e Pavão, 2015, p. 31) “[...] o verdadeiro ensino democrático é aquele que não somente garante o

acesso, mas, sobretudo a permanência do aluno [...]” de todos os níveis com necessidades educacionais especiais.

Dentre as ações que o NAIA desenvolve, para atender as necessidades dos estudantes com deficiência está a acessibilização dos materiais pedagógicos usados pelos professores em sala de aula. Esse serviço é prestado, em especial, aos discentes cegos e com baixa visão, destaca-se que esse serviço é vital para que este aluno, possa dar continuidade em seus estudos e conseqüentemente, concluir a graduação.

Nesse sentido, no ano de 2018 foram realizadas as adaptações de materiais pedagógicos indicados pelos docentes. O departamento de acessibilidade sistematizou o material, separando-os nas seguintes categorias: a) livros; b) capítulos de livro; c) artigos; d) outros⁴. No ano em tela foram adaptados 350 materiais, especificados abaixo:

Tipo de Material	quantidade
Livro	68
Capítulo de livro	140
Artigos	69
Outros	73
Total	350

Considerando que os princípios inclusivos é um direito e que os discentes devem receber um material acessibilizado de acordo com a sua deficiência, dentre os livros, capítulos de livros e artigos acessibilizados estão também o tipo de acessibilização que esse material recebe, podendo ser adaptado para leitores de tela e/ou ampliado. Os materiais adaptados para leitores de tela são corrigidos e formatados para que os leitores acessem toda a informação do material de forma contínua. Nesses materiais também são feitas descrições das imagens, adaptações das tabelas e, quando necessário, acessibilização de gráficos em relevo. Para acessibilização em relevo, é utilizado uma impressora térmica ou fusora – uma máquina que tem a função de esquentar e “inchar” a tinta, desde que seja impresso em papel Swell paper, um papel resistente a altas temperaturas.

Outra forma encontrada pelo departamento de acessibilidade de acessibilizar esses gráficos, é utilizando barbante e cola para dar relevo aos traços, sendo esta uma alternativa com menos custos e em menos tempo, já que para o relevo através da impressora, o gráfico precisa ser digitalizado ou recriado para ser impresso com a melhor qualidade possível. Esses materiais em relevo também, podem ser utilizados pelos discentes com baixa visão, que recebem seus textos ampliados e acessibilizados de acordo com a fonte, cor, tamanho e destaques previamente solicitados ao departamento, podendo pedir alterações em qualquer período, haja vista que esse processo é feito por meio de tentativas visando sempre garantir o direito ao material acessível.

⁴ Nesta categoria os materiais são: planos de aula, exercícios, legislações, vídeos, filmes, slides, ementas de disciplinas, imagens (fotos, figuras).

A produção de modelos didáticos tridimensionais acessíveis é outra alternativa decisiva em alguns casos de acesso ao conhecimento pelo tato, quando a informação da áudiodescrição não é capaz de representar o objeto de conhecimento para ser acessado. Esses modelos são construídos com materiais testados, avaliados quanto a sua qualidade na textura, sua durabilidade, sua representatividade e resultados no uso pelo aluno. Ao longo de 5 anos de existência, a equipe do Naia, produziu três modelos didáticos tridimensionais e hoje desenvolve projetos com a impressora 3D, além de dar continuidade a modelos utilizando materiais de papelaria e de origem alternativas.

Todo o processo de produção de materiais didáticos acessíveis, depende de um conjunto de medidas que demanda colaboração das faculdades e professores das atividades curriculares. E tem-se como resultado, o uso pelos alunos com deficiência visual, que avalia como essencial a existência do Naia e o apoio que recebem que lhes dão condição de permanecer no curso de ter aprendizados acadêmico-científicos. Analisam ainda, que sem essa garantia de condições, teriam reprovações que redundaria desistências nos cursos.

Discussão

No quesito acessibilidade e inclusão requerido como política institucional das universidades, a dimensão da organização didático-pedagógica, as estratégias utilizadas de acessibilização do material didático, tem sido decisivo para a seguridade do direito à educação dos alunos com deficiência da Unifesspa. Apoiar a acessibilidade pedagógica pois fornece as condições dos alunos com deficiência visual terem acesso aos conteúdos dos livros, apostilas e demais materiais didáticos, e demais materiais audiovisuais.

Há um reconhecimento institucional da Unifesspa a respeito desses procedimentos como apoio especializado, previsto na legislação (Brasil, 1996; 2008), como se observa no Plano de Desenvolvimento da Instituição/PDI (Unifesspa, 2018), assim como em um dos tópicos dos Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), Política de Inclusão Social, na qual se detalha os a filosofia e iniciativas inclusivas para vários públicos, incluindo os alunos com deficiência. No PPC, encontramos também concepções sobre os processos avaliativos, metodológicos e a organização do trabalho pedagógico universitário como um todo, que fazem alusão às diferenças e a diversidade humana, tal como presente no documento Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES do MEC (2013).

O processo de acessibilização de materiais, delinea-se nas práticas implementadas pelo NAIA, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito dos programas de ensino, temos o Programa de apoiadores de Inclusão e Acessibilidade, no qual cerca de 21 bolsistas atuam no apoio a oferta de serviços em educação especial que o NAIA promove. Prestam apoios em sala de aula e demais espaços onde as atividades acadêmicas

dos diferentes cursos se desenvolvem e atuam no processo de acessibilização de materiais didáticos: livros, artigos, acervos de imagens, gráficos e produção de modelos tridimensionais para apoiar o ensino inclusivo dos discentes com deficiência.

Outro importante Programa de Ensino, tem sido Laboratório Interdisciplinar de Inovação no Ensino Inclusivo: Utilização e Desenvolvimento de Recursos e Tecnologias Assistivas Pedagógicas em Escolas da Educação Básica ao ensino superior, do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica – PAPIM/Unifesspa, com o objetivo de aplicar a utilização e desenvolver, metodologias, recursos e modelos de materiais didático-pedagógicos adaptados/acessíveis inovadores do ensino para o público de alunos com deficiência.

Como projetos de pesquisa no viés colaborativo, trabalha-se com o levantamento de demandas oriundas dos desafios da prática pedagógica inclusiva e produção de propostas didáticas inovadoras na perspectiva da inclusão escolar.

O programa de extensão, envolve processos formativos, oficinas, cursos e minicursos que são promovidos associados a ideia de inovação metodológica, uso de tecnologias assistiva, produção de materiais didáticos acessíveis para subsidiar a prática pedagógica inclusiva, da educação básica ao ensino superior.

Nesse conjunto de projetos e programas, que se desenvolvem as ações de acessibilização e produção de materiais didáticos acessíveis para alunos com deficiência visual na Unifesspa. Orientados por procedimentos sistemáticos de pesquisa que envolve análise dos efeitos do uso desses materiais e recursos na formação acadêmica dos alunos.

Um dos papéis no Núcleo é realizar essa articulação em torno da construção e desenvolvimento da política de inclusão e acessibilidade na Unifesspa. Os alunos com deficiência visual, que mais requerem materiais com acessibilidade, em cada uma de suas singularidades tem provocado a universidade a criar caminhos para a inclusão. E a forma como foi pensada a atuação do Núcleo de Acessibilidade tem evidenciado resultados profícuos, com progresso acadêmico dos alunos com baixa visão e cegueira nos cursos da UNIFESSPA.

Conforme as avaliações realizadas pelos alunos com deficiência, analisa-se que o processo de acessibilizar os materiais didáticos é um papel importante dos núcleos que precisa ser implementado em parcerias com as coordenações dos cursos. A existência de dotação orçamentária destinada a gerência do próprio núcleo, tem possibilitado a aquisição de equipamentos e recursos, como: lupa eletrônica, impressoras braile,

impressora 3D, fusora, scanner de voz e uma equipe de trabalho com especialidades, são premissas que precisam ser asseguradas para a efetivação da inclusão dos alunos na educação superior.

Conclusão

Conclui-se que a disponibilização de materiais didáticos em formato acessíveis, tem provocado um impacto importante para que o aluno com deficiência visual, possa acompanhar as aulas, apropriar-se do conhecimento em condições de igualdade de seus pares.

O processo de acessibilização de materiais didáticos funciona como um espaço importante de formação, pois se confronta as demandas dos alunos, o objeto de conhecimento a ser ensinado e aprendido, a criação de recursos e modelos didáticos e a análise dos impactos na aprendizagem dos alunos. É, pois, uma experiência que enriquece a equipe do NAIA, e qualifica a formação do aluno com deficiência.

Depreende-se que a Unifesspa tem cumprido seu papel, de dar condições de acessibilidade aos discentes com deficiência, que mesmo não sendo o ideal, tem possibilitado a permanência com aprendizado de qualidade aos discentes com deficiência visual.

Espera-se que esses serviços se intensifiquem, ampliem a qualidade e diversificação de possibilidades de mais ferramentas e alternativas de materiais didáticos acessíveis.

Referências

Brasil. Ministério da Educação. Programa Incluir. Brasília: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 18 de fev. 2019.

_____. Referenciais de Acessibilidade Na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 18 de fev. 2019

_____. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília; Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9394.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

_____. Lei nº 6.949/2002 de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nova York, 30 de mar. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 19 de fev. 2019.

- Fiorin**, Bruna Pereira Alves; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. Identificação das necessidades de apoio à aprendizagem na educação superior. In: PAVÃO, Maria de Oliveira [et al...]. Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na universidade. Santa Maria: UFSM, 2015.
- Lanna Júnior**, Mário Cléber Martins (Org.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/publicacoesdeficiente/historia%20movimento%20politico%20pcd%20brasil.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- Minayo**, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PARÁ**. Projeto de criação e implementação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Belém, [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/documentos/UNIFESSPA_2011.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- Pieczkowski**, Tania Mara Zancanaro. O Saber e o poder na relação docentes e discentes com deficiência: avaliação da aprendizagem. In: PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira; FIORIN, Bruna Pereira Alves; BREITENBACH, Fabiane Vanessa et al... (Orgs.). Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na universidade. Santa Maria: UFSM, 2015.